

ARTIGO

CASO DE POLÍCIA OU QUESTÃO DE SAÚDE PÚBLICA?

Frames do jornalismo impresso sobre o uso de crack em São Paulo

Copyright © 2017
SBPjor / Associação
Brasileira de Pesquisadores
em Jornalismo

GIULIA SBARAINI FONTES

Universidade Federal do Paraná, Curitiba – PR, Brasil

ORCID: 0000-0002-3637-3605

PAULO FERRACIOLI

Universidade Federal do Paraná, Curitiba – PR, Brasil

ORCID: 0000-0001-9355-3365

DOI: <http://dx.doi.org/10.25200/BJR.v13n3.2017.995>

RESUMO - Partindo dos conceitos de Entman (1993) e Iyengar (1996), esse artigo pretende identificar quais os frames praticados por *O Estado de S. Paulo* (OESP) e *Folha de S. Paulo* (FSP) para a questão do crack durante as gestões de Gilberto Kassab (2009 a 2012) e de Fernando Haddad (2013 a 2016). Para tanto foram analisados 120 textos, com a hipótese de que as posições políticas dos jornais se traduzem, também, em seu material informativo – e, por isso, FSP e OESP apresentariam coberturas distintas. Os resultados confirmaram tal hipótese, pois OESP abordou o assunto sob a ótica da saúde nos dois períodos, com destaque para a segurança pública durante a segunda gestão. Já a FSP enfocou, além da questão de saúde, aspectos de segurança pública na gestão Kassab e de economia na de Haddad. Apesar disso, os jornais trouxeram semelhanças, como o uso do frame episódico na maioria das matérias.

Palavras-chave: *Framing; Crack; Folha de S. Paulo; O Estado de S. Paulo; Políticas Públicas.*

CASO DE POLICÍA O ASUNTO DE SALUD PÚBLICA?

Marcos de la prensa escrita sobre el consumo de crack en Sao Paulo

RESUMEN - Desde los conceptos de Entman (1993) e Iyengar (1996), este artículo tiene como objetivo identificar los enmarcamientos usados por O Estado de S. Paulo (OESP) y Folha de S. Paulo (FSP) para cestión de crack durante las administraciones de Gilberto Kassab (2009-2012) y Fernando Haddad (2013-2016). Por lo tanto, se analizaron 120 textos, con la hipótesis de que las posiciones políticas de los periódicos se traducen también en su material de información - y por lo tanto, FSP y OESP presentarían diferentes coberturas. Los resultados confirmaron esta hipótesis, ya que el OESP se acercó a la cuestión desde la perspectiva de la salud en ambos períodos, sobre todo para la seguridad pública durante el segundo término. Ya el FSP se centró, más allá del tema de la salud, los aspectos de seguridad pública en la gestión Kassab y economía en Haddad. Sin embargo, los periodicos trajeron similitudes, tales como el uso de enmarcamiento episódico en la mayoría de los textos.

Palabras clave: *Enmarcamiento; Crack; Folha de S. Paulo; O Estado de S. Paulo; Políticas Públicas.*

**POLICE CASE OR PUBLIC HEALTH ISSUE?
Printed journalism frames on crack use in São Paulo**

ABSTRACT - Based on Entman's (1993) and Iyengar's (1996) concepts, this article intends to identify the frames practiced by *O Estado de São Paulo* (OESP) and *Folha de S. Paulo* (FSP) for the crack issue during Gilberto Kassab's (2009 to 2012) and Fernando Haddad's administrations (2013 to 2016). For that, 120 texts were analyzed, with the hypothesis that the newspapers' political positions are also translated in their information material - and, therefore, FSP and OESP would present different coverages. The results confirmed this hypothesis, since OESP addressed the issue from the health point of view in both periods, with emphasis on public safety during the second administration. In addition to the health issue, FSP has focused on public safety aspects in Kassab's administration and economy in Haddad's administration. Despite this, newspapers have brought similarities, such as the use of episodic frame in most of the texts.

Key words: Framing; Crack; *Folha de S. Paulo*; *O Estado de S. Paulo*; Public Policies.

1 Introdução

A relação entre mídia, Estado e atores políticos nas democracias modernas é tida como íntima por autores do campo da comunicação política (Donges, 2015, p. 4). De acordo com essa visão a lógica midiática teria influência em estruturas, atores, processos e conteúdos da tomada de decisão nesses sistemas, que poderiam, então, ser chamados de democracias midiáticas. Em alguns casos, a mídia pode ser considerada como um ator político que persegue determinados objetivos por meio dos conteúdos que veicula (Eberwein *et al.*, 2015, p. 2). Golub e Hartman (1999, p. 423, tradução nossa) salientam o papel do jornalismo na definição de políticas públicas: “É a percepção coletiva de um problema junto à população em geral que frequentemente direciona ações governamentais, e não necessariamente o problema em si. Para a maior parte da população é a mídia jornalística que serve como principal conexão entre problemas e percepções”.

Miguel (2002, p. 163), além disso, aponta que a mídia é espaço para a difusão de visões de mundo e projetos políticos, representando vozes presentes na sociedade. Tal representação, entretanto, passa longe do ideal normativo e acaba sobre-representando alguns atores em detrimento de outros. Ademais, o impacto dos meios de

comunicação passa pela definição de agenda não só do cidadão comum, mas também dos agentes políticos. Assim, “o que se observa é que a visibilidade na mídia é, cada vez mais, componente essencial da produção do capital político” (Miguel, 2002, p. 169). No campo das políticas públicas a atuação da mídia como ator político é considerada em alguns modelos (Souza, 2006, p. 33), especialmente naqueles que dizem respeito à construção da imagem de determinadas ações governamentais diante do público.

Tendo em perspectiva essa relação, o presente artigo tem como norte o seguinte problema de pesquisa: como os jornais *Folha de S. Paulo* (FSP) e *O Estado de S. Paulo* (OESP) enquadraram o uso de crack na capital paulista? A análise compara matérias publicadas em dois períodos: na gestão de Gilberto Kassab (2009 a 2012) e na de Fernando Haddad (2013 a 2016) que, como veremos, trazem concepções bastante distintas quanto à forma de lidar com o problema. A hipótese que norteia o trabalho é de que as posições políticas dos jornais se traduzem, também, em seu material informativo – e, por isso, FSP e OESP apresentarão coberturas distintas (Pilagallo, 2012), em especial quando consideradas as duas gestões.

O texto está estruturado da seguinte forma: primeiro, na próxima seção, fazemos uma breve contextualização sobre nosso objeto; em seguida, no terceiro tópico, esclarecemos a perspectiva teórica em que inserimos nosso estudo empírico, a de *framing*; logo após trazemos o detalhamento de nossos procedimentos metodológicos e os resultados obtidos na análise das notícias; por fim, trazemos as conclusões obtidas a partir deste estudo.

2. Crack: Cobertura midiática e políticas públicas

Em pesquisa utilizando o método etnográfico, Adorno e Raupp (2010, p. 30) passaram seis meses na região da chamada “cracolândia”, no centro de São Paulo, para acompanhar a rotina dos usuários da droga. Os autores descrevem uma área que mescla atividades comerciais com zonas degradadas de prostituição, prédios abandonados e uso de entorpecentes. De acordo com eles, os casos de violência entre os dependentes se misturam a atitudes de solidariedade entre os usuários, que se sentem parte de uma comunidade e procuram se ajudar em situações de dificuldade. Outro ponto marcante apontado por Adorno e Raupp (2010, p. 34)

é a obsessão pelo uso da droga, o que gera desleixo em relação a cuidados pessoais e problemas de saúde entre os usuários.

A multiplicidade de questões que envolvem o uso de crack, no entanto, não se traduz na cobertura midiática sobre o tema, que tende a ser superficial – e não só no Brasil. É o que mostram estudos como o de Golub e Hartman (1999, p. 429), em que os autores examinam a cobertura sobre a droga em matérias publicadas nos Estados Unidos. O objetivo deles era perceber se, com o aumento do conhecimento científico sobre o crack, a cobertura passaria a ser mais aprofundada, deixando de lado alguns mitos e o tom de pânico. A conclusão dos autores, no entanto, é de que as notícias sofreram poucas mudanças significativas ao longo do tempo. Apesar de corrigir algumas distorções, os textos continuaram a perpetuar um sentimento de medo em relação à questão.

No Brasil, a literatura sobre como os meios de comunicação abordam o uso de crack ainda não atingiu grande volume de produção (Moreira *et al.*, 2015, p. 1057). Alguns artigos, como o de Bruck (2013, p. 175), abordam a cobertura sobre o tema em capitais do país. O autor observou textos publicados no jornal *Estado de Minas* entre os anos de 1996 e 2011 e, assim como Golub e Hartman (1999, p. 425), encontrou no conteúdo mitos em relação à droga. “Entre algumas dessas crenças e imaginários estão, por exemplo, relatos que dão conta de que ‘se queimar a pedra uma vez já está viciado’, ‘o crack mata em poucos dias’, ‘a pessoa que fuma crack tem vontade de matar’ e ‘o usuário de crack é irrecuperável’” (Bruck, 2013, p. 178). Bruck (2013, p. 179) também destaca a elaboração de narrativas com apelo emocional, enfatizando experiências traumáticas, tragédias e situações de violência. O estudo de Lopes (2013, p. 10) aponta, ademais, que a abordagem que enfoca questões de segurança pública se sobrepõe à ênfase de aspectos relacionados à saúde, por exemplo.

A seguir detalharemos as políticas públicas adotadas pelas gestões de Gilberto Kassab (2009 a 2012) e Fernando Haddad (2013 a 2016) para o enfrentamento do uso de crack na cidade de São Paulo.

2.1 Visões distintas para enfrentar o crack

As políticas públicas adotadas por Gilberto Kassab, à época do DEM, em sua gestão na prefeitura de São Paulo tiveram diferenças significativas em relação às estabelecidas por Fernando

Haddad, do PT, na gestão seguinte. Alinhado ao então governador do estado Geraldo Alckmin (PSDB), Kassab apostou em medidas como a internação compulsória dos usuários, o que provocou acusações de que sua visão seria higienista (Rolnik, 2012). No começo de 2012, o então prefeito foi amplamente criticado por conta de uma ação policial que retirou usuários da região da cracolândia, no bairro da Luz, sem prestar qualquer tipo de assistência social aos dependentes (Macedo, 2012). A ação acabou pulverizando os pontos de uso da droga para outras regiões da cidade.

Fernando Haddad, por outro lado, logo no início da gestão apontou divergências em relação ao padrão de política pública proposto pelo governo de Alckmin e apoiado por Kassab (Agostine, 2013). Diante disso, a partir do início de 2014 a prefeitura passou a adotar o programa *Braços Abertos*, que oferecia aos dependentes a possibilidade de moradia nos hotéis do centro de São Paulo. A ideia, inserida na perspectiva de redução de danos (Machado; Boarini, 2013, p. 588), era de que os usuários reduzissem gradualmente o consumo da droga, por meio da inserção em políticas de emprego. Os participantes do projeto recebiam 15 reais por dia em atividades como a varrição das ruas e a reciclagem de resíduos, além de alimentação e apoio para a realização de tratamentos contra o vício. A ação recebeu críticas por não retirar os usuários das proximidades dos pontos de venda de droga e, com isso, tornar mais difícil o abandono do crack.

Na seção seguinte, abordaremos o conceito de enquadramento, esclarecendo as opções teóricas e metodológicas deste artigo, para, em seguida, tratar da análise do *corpus* proposto.

3. De que frame estamos falando?

A abrangência do conceito de *frame*, apontada por autores como Mendonça e Simões (2012, p. 187) torna necessário que se situe de forma precisa de que tipo de enquadramento tratamos neste trabalho. De Vreese (2005, p. 51) defende a noção de *framing* como um processo, que envolve as dimensões de produção, conteúdo e usos da mídia. Dois aspectos seriam essenciais: o *frame-building*, que envolve “fatores que influenciam qualidades estruturais de enquadramentos noticiosos” (De Vreese, 2005, p. 52, tradução nossa), e o *frame-setting*, que se refere à interação entre o os próprios *frames* e as predisposições dos receptores. Dentro dessa

perspectiva, os enquadramentos podem ser inseridos em desenhos de pesquisa tanto como variáveis independentes quanto como variáveis dependentes.

Para o presente artigo, interessa o primeiro aspecto apontado pelo autor, o de *frame-building*. Segundo ele, essa fase de construção de *frames* pode pressupor a influência de fatores internos à redação (constrangimentos organizacionais e rotinas de produção, por exemplo) e, ainda, de aspectos do mundo externo, como a interação com elites e movimentos sociais. “Os resultados do processo de *frame-building* são os enquadramentos manifestos no texto” (De Vreese, 2005, p. 52, tradução nossa). Este trabalho, portanto, tem por objetivo analisar estes resultados, isto é, os enquadramentos que estão manifestos nas notícias.

Faz-se necessário, além disso, esclarecer quais são as perspectivas metodológicas que norteiam a pesquisa. Ainda levando em conta as considerações de De Vreese (2005, p. 54), pode-se recorrer à tipologia que divide os enquadramentos noticiosos em *issue-specific frames* e *generic frames*. Os primeiros se referem à identificação de *frames* pertinentes somente a um fato ou tema específico. Ao mesmo tempo que proporciona um interessante nível de detalhe sobre o fenômeno estudado, essa abordagem torna difícil a comparação e generalização dos resultados. Já o segundo tipo, de *frames* genéricos, aponta para o outro lado: transcende características temáticas – diminuindo o nível de detalhe – e proporciona a identificação de enquadramentos que, muitas vezes, podem ser observados até em diferentes contextos culturais.

As escolhas metodológicas deste trabalho têm a intenção de mesclar as duas abordagens. Para identificar os *frames* específicos relacionados à cobertura do uso de crack foram acionadas as variáveis propostas por Entman (1993, p. 52). O autor aponta que o enquadramento envolve dois processos fundamentais: o de seleção e o de saliência. Na clássica definição formulada por ele, enquadrar significa definir um problema, estabelecer uma interpretação causal, fazer uma avaliação moral do assunto e recomendar um tratamento para a questão. Ele detalha o que cada variável significa:

Enquadramentos, então, definem problemas – determinam que agente causal está agindo com quais custos e benefícios, geralmente mensurados em termos de valores culturais partilhados; diagnosticam causas – identificam as forças que criam o problema; fazem julgamentos morais – avaliam os agentes causais e seus efeitos; e sugerem soluções – oferecem e justificam tratamentos para os problemas e preveem seus possíveis

efeitos (Entman, 1993, p. 52, tradução nossa).

Os enquadramentos, de acordo com o autor, podem estar em pelo menos quatro etapas do processo comunicativo: o comunicador, o texto, o receptor e a cultura. Nos textos, segundo Entman (1993, p. 53), os *frames* se manifestam por meio da presença ou ausência de algumas palavras-chave, frases e estereótipos, além de fontes de informação. O posicionamento de uma matéria em um jornal, por exemplo, e a constante repetição de um tema no noticiário também são formas de colocar um quadro de forma mais saliente para a audiência. Entretanto, não é possível descartar as características do receptor do conteúdo – que podem transformar um enquadramento ou reforçá-lo.

Para operacionalizar as variáveis propostas por Entman (1993, p. 52) utiliza-se como modelo a pesquisa de Maia e Vimieiro (2011, p. 240), que propõe a análise indireta de enquadramentos. O grande ganho desta proposta, apontam as autoras, é que “os codificadores não sabem quais enquadramentos estão codificando, já que eles não trabalham com os enquadramentos como unidades singulares” (Maia; Vimieiro, 2011, p. 242). Assim, para identificar os *frames*, são observadas as categorias em separado para que, depois, seja possível identificar o modo como elas se relacionam, formando padrões. Esse padrões são os próprios enquadramentos.

As autoras, que também se utilizam das variáveis de Entman (1993, p. 52), dividem a primeira variável – definição do problema – em duas partes: atores e subtópico. A primeira diz respeito a quem são os agentes que têm voz em determinada matéria, e a segunda se refere a qual tema está em questão. Tal divisão facilita a operacionalização da variável, tornando a análise mais objetiva e menos sujeita à influência do pesquisador. Não se considera, é claro, que a análise será totalmente objetiva a partir dessas estratégias. No entanto, tais procedimentos são considerados válidos na busca de maior objetividade para os resultados – uma forma de contornar algumas das críticas direcionadas à análise de enquadramento, muitas vezes tida como demasiadamente subjetiva.

Por fim, para identificar os enquadramentos genéricos no *corpus* analisado, o presente artigo se baseia na classificação feita por Iyengar (1996, p. 62). O autor divide a cobertura de questões políticas em dois *frames* ou modos de apresentação: o enquadramento episódico e o temático. O primeiro, de acordo com ele, retrata tais questões sob uma perspectiva específica. “Notícias episódicas são

essencialmente formas de ilustrar uma questão” (Iyengar, 1996, p. 62, tradução nossa). Já o *frame* temático traz uma abordagem mais ampla, inserindo aquela questão específica em um contexto histórico ou geográfico, por exemplo.

4. Análise

Para testar nossa hipótese foram analisadas 60 matérias de cada um dos jornais em sua versão impressa. Os textos foram publicados entre 2009 e 2016 no caderno *Cotidiano* da *Folha de São Paulo* (FSP) e nos cadernos *Cidades* e *Metrópole* de *O Estado de São Paulo* (OESP). A coleta das matérias dos dois cadernos, nesse caso, se justifica porque em 2012 o caderno *Cidades* foi incorporado ao *Metrópole*. Optou-se por analisar textos publicados nestas editorias porque é nelas que os periódicos se dedicam a problemas que afetam a rotina da cidade, como o uso de crack. A seguir descrevemos com mais pormenores os procedimentos para coleta e análise das matérias.

4.1 Procedimentos metodológicos

Para coletar os textos analisados foram utilizadas as ferramentas disponibilizadas pelos próprios jornais na internet (acervo.estadao.com.br e acervo.folha.uol.com.br). Nos sites, é possível buscar matérias em todas as edições impressas dos dois periódicos a partir de palavras-chave. Assim, a pesquisa foi feita a partir da palavra “crack” nos anos que compreendem as duas gestões da prefeitura de São Paulo recortadas neste trabalho: a de Gilberto Kassab e a de Fernando Haddad. No caso da FSP, por conta da formatação do site, foi possível fazer a coleta manualmente. Já para OESP não seria possível concluir a coleta manualmente a tempo (por conta das características do acervo) e, por isso, foi necessário utilizar um script feito de programação. A ferramenta consiste em um robô que abre cada um dos resultados da busca e os salva em formato “pdf”, poupando o trabalho manual.

A partir dos levantamentos preliminares, foram selecionados somente os textos que tratavam do tema na capital paulista. Foram excluídas, assim, matérias que somente citavam a palavra crack, mas não tinham o assunto como tema central (como textos que

tratavam da apreensão de carregamentos de drogas, por exemplo); e conteúdos que tratavam do problema em outras cidades do país ou de forma nacional. Textos de opinião também foram desconsiderados. O resultado deste filtro foi um total de 107 matérias durante a gestão Kassab para FSP e 185 para OESP. Já no período do governo Haddad foram 89 textos na FSP e 82 em OESP.

Como a metodologia baseada no conceito de enquadramento exige a leitura completa do material, não seria possível fazer, neste artigo, a análise do universo de matérias coletado. Para garantir que o estudo fosse feito de forma qualificada, assim, optou-se pela realização de uma amostra de textos, de modo a obter um panorama do enquadramento praticado por cada jornal em cada uma das gestões analisadas. Dessa maneira, foram selecionados 60 textos por gestão, sendo 30 de cada periódico.

Para realizar tal seleção, foi utilizada uma planilha do software Microsoft Excel, em que os dados de cada texto (título, data de publicação e link para acesso) ocupavam uma linha da tabela. Por isso, cada texto correspondia a um número – isto é, ao número da linha que ocupava na planilha. Depois de ter todos os textos registrados na planilha, utilizando a ferramenta de filtros disponibilizada pelo programa, primeiramente foram agrupadas as matérias que correspondiam a cada período em cada um dos periódicos (ou seja, esse procedimento foi realizado quatro vezes). Com os casos filtrados, foi obtido um intervalo de valores (isto é, de números correspondentes às linhas), dentro do qual foram sorteados (por meio do site www.sorteador.com.br) 30 números. Assim, o texto que ocupava a linha correspondente ao número sorteado foi selecionado para análise. Com isso, a seleção dos textos foi feita de forma aleatória dentro de cada recorte (que abrange o período e o jornal), garantindo que cada gestão e cada veículo tivessem a mesma representatividade no *corpus* final.

Ademais, a opção por padronizar o número de matérias por jornal e por período de governo, mesmo com diferenças no universo, foi feita para evitar que os resultados finais ficassem enviesados. O *corpus* completo da pesquisa, portanto, é de 120 matérias informativas. Sendo assim, leva-se em conta que alguns enquadramentos podem ter sido excluídos neste trabalho. Considera-se, contudo, que o *corpus* aqui apresentado reúne parte significativa dos enquadramentos praticados, dando um passo inicial para o estudo da cobertura destes jornais a respeito da questão. Espera-se

que este esforço inicial – ainda incipiente na literatura (MOREIRA *et al*, p. 1.050) – possa ser impulso para que pesquisas futuras analisem quantidades maiores de textos que tratem da questão do crack em outros períodos de tempo.

Sendo assim, depois de coletados os textos, foi construído um livro de códigos para a realização da análise. O modelo é baseado no *codebook* do Grupo de Pesquisa Comunicação e Participação Política (Compa), da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Os códigos foram modificados para o tema em análise neste trabalho e, além disso, foi acrescentada a tipologia proposta por Iyengar (1996, p. 62).

As categorias formuladas para as variáveis de Entman (1993, p. 52) foram as seguintes:

Tabela 1 – Livro de códigos

	0	1	2	3	4
Definição do problema – atores	Ausente	Campo político/ autoridades estatais	Dependentes químicos	Outros cidadãos	Especialistas
Definição do problema – subtópico	–	Violência/ segurança pública	Saúde	Economia/ de- gradação urbana	Interesse humano
Causas	Ausente	Ineficiência do Estado	Desigualdade e problemas sociais	Escolhas pessoais	–
Julgamento moral	Ausente	Culpa o Estado/ sociedade	Culpa os dependentes químicos	–	–
Soluções	Ausente	Internamento	Políticas de reinserção social	Ação policial	–

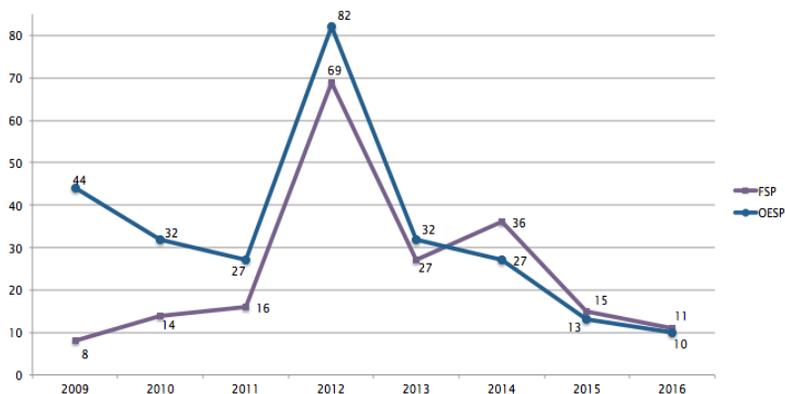
Fonte: os autores

A partir da definição das categorias foi feita a codificação (é possível ver a tabela completa em goo.gl/jdykWv), cujos resultados serão expostos a seguir.

4.2 Resultados

Antes de iniciar a análise por meio do livro de códigos construído, contudo, cabe verificar como se deu a distribuição de matérias nos veículos. Ao contrário do esperado, FSP e OESP não apresentaram o mesmo comportamento no período recortado, como mostra o gráfico 1. Chama a atenção, nos primeiros anos do intervalo, a diferença entre os dois jornais (em 2009, aparece o maior intervalo, com uma diferença de 36 matérias entre os periódicos). Em 2012, ocorre um pico de cobertura, ocasionado pela polêmica ação policial na cracolândia. Depois disso, já na gestão Haddad, a situação se inverte e é a FSP quem mais aborda a questão. Nesse intervalo, contudo, as diferenças não são tão significativas como na gestão Kassab.

Gráfico 1 – Evolução temporal



Fonte: os autores

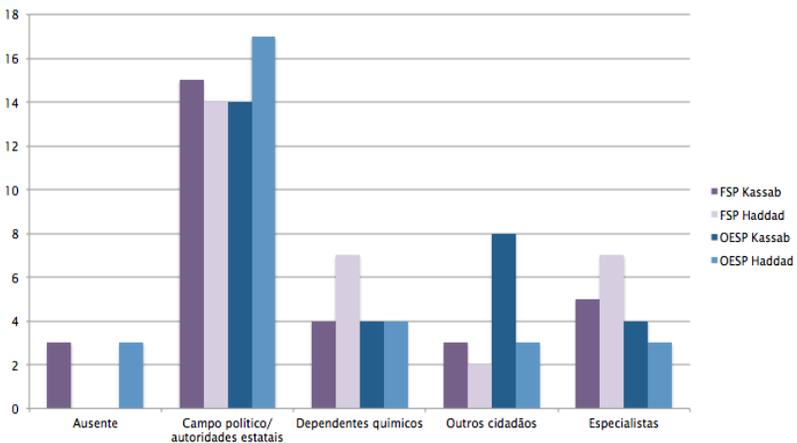
Tendo visto a quantidade de matérias publicadas, passamos a analisar o conteúdo dos textos. Frisamos que nossa unidade de análise eram os textos completos. Como a análise de enquadramento, nesse caso, assemelha-se à análise de conteúdo (Bauer, 2002, p. 201), cada texto teve de ser classificado em apenas uma categoria dentro de cada variável. Quando havia dúvidas quanto a qual código selecionar foram considerados, em ordem hierárquica de importância, título, gravata e *lead* das matérias, de modo que fosse mais simples escolher entre as categorias propostas.

Levando esses aspectos em conta, começamos a exposição dos

dados obtidos, assim, por meio da análise da primeira variável proposta por Entman (1993, p. 52), a definição do problema. Verificamos, inicialmente, quais eram as vozes predominantes, a partir da proposta de Maia e Vimieiro (2011, p. 243). Nessa variável, assim, verificou-se quais atores tiveram mais espaços de fala nas matérias, considerando tanto citações indiretas quanto diretas. Em ambas as gestões e para os dois periódicos, o mais recorrente foi o uso de fontes oficiais quando o assunto era o problema do crack: os próprios prefeitos, secretários municipais ou autoridades policiais foram consultados em metade do *corpus*, com poucas variações entre os jornais e os recortes temporais. Os demais atores aparecem muito próximos entre si: especialistas, como psiquiatras ou pesquisadores, aparecem em segundo lugar (com 19 ocorrências, ou 15,8% do *corpus* total), mas bem atrás das fontes oficiais. Os dependentes químicos aparecem empatados com o segundo grupo, sendo acionados como fontes em 15,8% dos textos. Durante a gestão Haddad, entretanto, observa-se que há um pico no uso destes dois grupos como fontes pela FSP.

Já outros cidadãos – como moradores das regiões de uso de crack ou comerciantes – foram pouco acionados, de modo geral. O destaque acontece na gestão Kassab para OESP, que os mencionou em oito textos (13,3% das unidades de análise deste jornal). Ao todo, foram 16 matérias com predominância dessas fontes (13,3% do *corpus* total). Matérias somente descritivas, sem nenhuma fonte, totalizaram seis unidades de análise, ou seja, 5% dos textos. No gráfico 2, abaixo, estão detalhados os resultados desta variável.

Gráfico 2 – Definição do Problema – atores



Fonte: os autores

Para completar a análise a respeito da definição do problema, foram identificados quais eram os temas tratados pelos textos. Nessa variável, ao contrário da anterior, houve diferenças significativas entre os dois períodos analisados e entre os próprios veículos. Na gestão Kassab, duas abordagens predominaram na FSP, com 12 matérias cada (somadas, portanto, elas correspondem a 80% dos textos desse período para o periódico): a de segurança pública e a de saúde. Matérias desse tipo apareceram especialmente em 2012, ano em que Kassab iniciou uma série de operações da PM na região da cracolândia, no centro de São Paulo, dispersando os usuários. A intenção da prefeitura era obrigar os dependentes a buscar tratamento.

No primeiro recorte temporal, quando considerado o jornal OESP, no entanto, o que predominou foi o enfoque de saúde, com 14 textos (46,6% das matérias deste primeiro período para o jornal). Em seguida, aparece economia/degradação urbana, com 26,6% das matérias analisadas na gestão Kassab no periódico (oito aparições). O enfoque de saúde pode ser encontrado, por exemplo, em matéria que se preocupa em demonstrar opiniões médicas que não indicariam o tratamento de internação contra a vontade do dependente químico (Conselho, 2011). Já a degradação urbana era um eixo central das matérias que relatavam espaços do centro da cidade de São Paulo que tinham sua rotina afetada pela presença de usuários de drogas, como pode ser visto no seguinte trecho: “O movimento em cima do viaduto é bem menor do que o registrado na Cracolândia. No entanto, é suficiente para tirar o sono dos moradores de um prédio ao lado da nova concentração” (Capitelli, 2010).

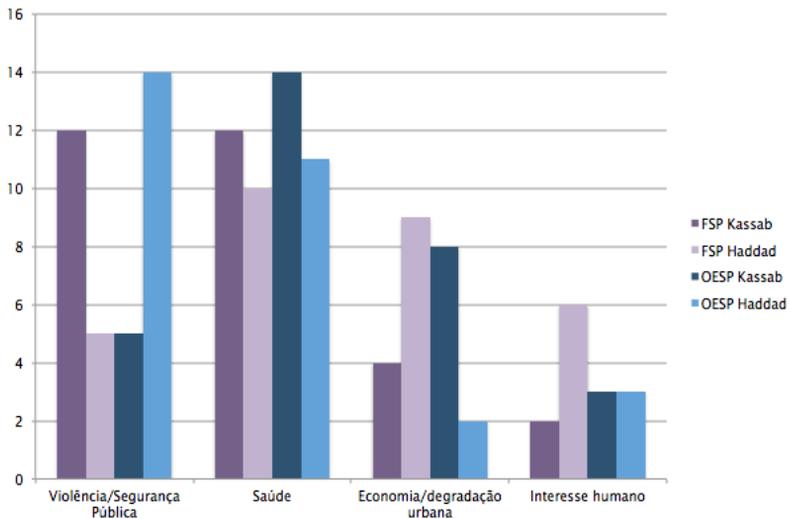
Já na gestão Haddad o enfoque que mais apareceu na FSP foi o de saúde, com dez textos (33,3% dos textos analisados do período). Nesse caso, o principal tema abordado pelas matérias não eram o tráfico ou casos de violência, mas, sim, formas de recuperar os usuários. Em seguida, aparece o código três, economia/degradação urbana (30% das unidades de análise), que trata dos transtornos ocasionados pela área de uso do crack para moradores do centro da cidade. A abordagem se justifica porque o programa de Haddad não retirava os usuários da região da Luz, mas dava moradia e trabalho para os dependentes no próprio centro.

Em OESP, contudo, o comportamento foi outro, se

assemelhando ao da FSP na gestão Kassab. Nesse jornal, foram 14 matérias (46,6%) tratando do subtópico violência/segurança pública, e outras 11 abordando o tema sob o enfoque da saúde pública (36,6%). No primeiro caso, os textos tratam de ações da polícia para combate do tráfico, enfocando, inclusive, divergências entre o governo estadual – que promovia as ações, através da Polícia Militar – e o municipal – muitas vezes crítico à abordagem policial. Outra questão frequentemente abordada eram os casos de violência nos hotéis credenciados pelo programa *Braços Abertos*, da gestão Haddad. Já no segundo caso, do subtópico de saúde, o enfoque era o programa *Recomeço*, do governo Alckmin, que previa a internação compulsória dos dependentes químicos.

O gráfico 3 traz os resultados em detalhe.

Gráfico 3 – Definição do problema – subtópico



Fonte: os autores

Seguindo com a análise passamos à identificação das causas mais recorrentes nos textos observados. Nesse caso, temos resultados semelhantes para os jornais e as gestões, à exceção da cobertura de OESP durante a gestão Kassab. Nesse último caso, 24 textos (80%) não apontaram causas para o problema.

Entre os poucos que apresentaram respostas nessa variável, cinco apontaram a ineficiência do Estado (16,7%) e um a desigualdade social (3,3%).

Nos demais períodos houve saliência para a ineficiência do Estado em resolver os problemas na cracolândia. No caso da gestão Kassab, na FSP, os textos enfatizavam o fracasso das ações policiais que, mesmo prometendo acabar com o tráfico no centro, não tinha resultados significativos:

No começo do ano, quando a Polícia Militar intensificou a Operação Centro Legal e ocupou as principais ruas da Luz com cerca de 300 homens, o então comandante-geral da corporação, Álvaro Camilo, afirmou que em 30 dias o tráfico de crack estaria desarticulado na área. Às vésperas da ocupação completar quatro meses, venda e consumo de drogas permanecem intensos ali (Benites, 2012).

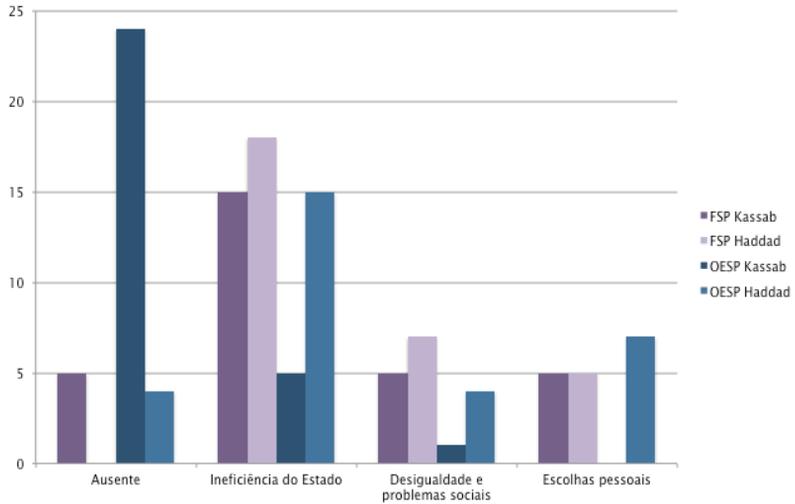
Em OESP também apareceram textos em que o governo é criticado porque não foi capaz de oferecer saídas mesmo para aqueles usuários que estavam em busca de auxílio para o tratamento. Diz um dos textos:

Quando viu ser erguida a tenda do Centro de Atendimento ao Trabalho (CAT) da Prefeitura ontem, na Rua Dino Bueno, na cracolândia, a assistente administrativa desempregada Márcia Aparecida de Souza, de 49 anos, encheu-se de esperança de conseguir tratamento contra o crack. De lá, saiu com a orientação de assistentes sociais para comparecer dois dias depois na Assistência Médica Ambulatorial (AMA) Boraceia, a dois quilômetros dali. “Sou uma dependente química e, até lá, continuarei fumando crack”, disse Márcia. [...] Estava decepcionada porque, na tenda onde havia cerca de 20 funcionários da prefeitura, ninguém, podia ajudá-la. “A coisa mais difícil é conseguir uma internação. É muito ruim você querer largar a pedra e ver que não pode ficar sem ela”, disse (Rodrigues, 2012).

Já durante os quatro anos de mandato de Haddad o questionamento era relacionado à eficácia do programa *Braços Abertos*, pois os dependentes continuavam consumindo crack e se aglomerando no centro mesmo participando da política. Em outros casos a crítica era à falta de sintonia entre os governos municipal e estadual, que não agiam em conjunto por estabelecerem diretrizes completamente diferentes (Bergamim JR., 2014). A causa escolhas pessoais aparece em segundo lugar, com cinco textos para a FSP

(16,7%) e sete para OESP (23,3%). Os resultados detalhados estão no gráfico a seguir.

Gráfico 4 – Causas



Fonte: os autores

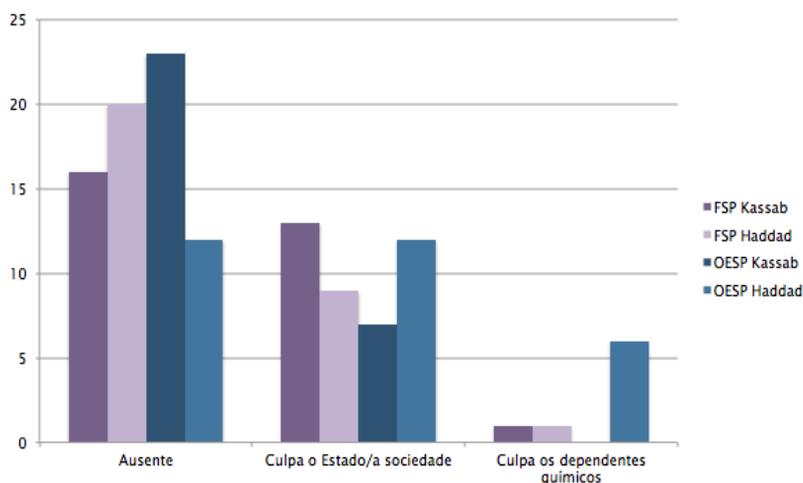
Com relação aos julgamentos morais, temos comportamentos relativamente semelhantes entre os recortes. Quando consideramos o total de matérias, 59,1% não apresentaram julgamentos morais. Quando não foram classificados na categoria ausente, os textos culpavam o Estado pelos problemas relacionados ao crack. Na FSP, apenas uma matéria em cada gestão (ou seja, 3,3% das unidades de análise do periódico em cada período analisado) culpava os usuários de forma contundente (Murauskas, 2009; Wainer, 2014). Diz uma das matérias: “Abordagens diárias. É essa a receita de Kassab para aumentar a adesão de moradores de rua e viciados em drogas aos programas sociais e atendimentos de saúde da prefeitura. Segundo dados oficiais, 80% dos abordados recusam atendimento” (Murauskas, 2009).

Já em OESP o julgamento sobre os dependentes químicos apareceu mais vezes na gestão Haddad, totalizando seis textos (20% das unidades de análise neste recorte). Uma matéria é a mais contundente nesse sentido. O texto traz histórias de pessoas

que tinham alto poder aquisitivo e acabaram se envolvendo com drogas, destruindo seu patrimônio por conta do vício, como descrito: “Sua origem socioeconômica não é a padrão descrita em pesquisas. Nascido em Tupã, sua família tem uma financeira e um haras. Michel viveu confortavelmente com a mulher e a filha, hoje com 11 anos, mas trocou tudo para ficar na rua vivendo em função da droga” (R\$ 1 milhão, 2014). A matéria enfatiza como o crack não é uma droga que atinge somente pessoas de baixo poder econômico.

A ausência de julgamentos morais, por sua vez, pode ser justificada pelo modelo de jornalismo brasileiro, que pretende separar de forma clara textos de opinião e notícias consideradas “objetivas”. Apesar de não considerarmos que um jornalista possa ser completamente objetivo – visão já ultrapassada na literatura (Traquina, 2005, p. 145) –, muitas vezes é difícil identificar os julgamentos morais em meio às técnicas empregadas pelo jornalismo (Tuchman, 1983). A seguir, no gráfico 5, trazemos os resultados completos para esta variável.

Gráfico 5 – Julgamentos morais



Fonte: os autores

Finalizando a análise pelas categorias de Entman (1993, p. 52), passamos à variável das soluções apontadas para o

problema. Verificamos, se considerado o total de textos, que mais da metade – 51,6% – não apresentava soluções para o problema. Quando considerado cada período em separado, apenas o mandato Kassab, na FSP, não teve a metade das unidades de análise ou mais codificadas na categoria ausente (os resultados foram 11, ou 36,6%, para o mandato Kassab, na FSP, e 19, ou 63,3%, para OESP; 17, ou 56,6%, para a gestão Haddad, na FSP, e 15, ou 50%, para OESP).

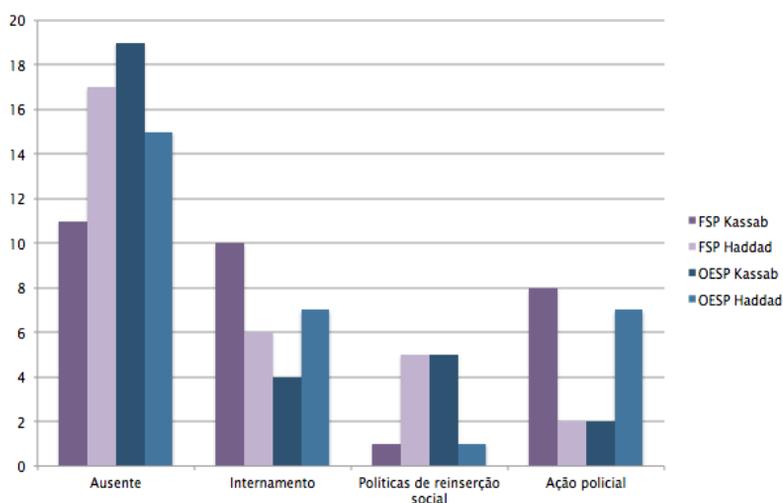
No entanto, quando apresentavam alternativas, as matérias se comportaram de modo diferente. Na FSP, para a gestão Kassab, o que predominou foram as políticas de internamento (dez textos, 33,3% das matérias do período) e a ação policial (oito matérias, 26,6% dos textos neste recorte). O jornal, por exemplo, conta a história de uma estudante da Universidade de São Paulo (USP) que tirou três dependentes químicos da crackolândia e os levou para a sua casa. Apesar da oportunidade oferecida, destaca o texto, somente um continuou na moradia paga pela jovem e seguiu empregado. Os outros dois recaíram no vício o que, para a entrevistada, demonstrou como somente força de vontade e oferta de oportunidades, sem internamento, não são suficientes para sair do mundo das drogas (Sassaki, 2012).

Já para a gestão Haddad a repressão policial apareceu somente duas vezes (6,6%). Por outro lado, políticas de reinserção social, quase inexistentes nos textos do período Kassab, apareceram em cinco ocasiões (16,6%). Um exemplo é o texto que entrevista dependentes químicos atendidos pelo programa *Braços Abertos*, da gestão de Haddad, que pedem ao novo prefeito que não desmonte as ações. A matéria destaca a melhoria na vida dos usuários que, mesmo não tendo abandonado a droga, tiveram avanços em sua qualidade de vida, como no seguinte trecho: “Ele [usuário de crack] diz que estaria numa calçada qualquer se não estivesse no hotel. ‘Se o programa acabar, vou ter que morar na rua de novo’” (Gagnani, 2016).

Por outro lado, OESP teve comportamento mais equilibrado na gestão Kassab. Entre os textos que sugeriram soluções quatro (13,3%) apontavam o internamento, cinco as políticas de reinserção social (16,6%) e duas a ação policial (6,6%). Já para o período Haddad as políticas de reinserção social – justamente o foco do programa *Braços Abertos* – foram mencionadas somente

uma vez (3,3%). Entre os demais textos, sete (23,3%) abordavam o internamento (como em *Mãe encontra filho que fugiu do Cratod*, de 27 de janeiro de 2013, que aponta para a necessidade da internação compulsória) e outros sete (23,3%) a ação policial (um exemplo é a notícia que salienta como a presença dos policiais pode melhorar o cotidiano da região): “Para Marina, a presença da base vai trazer uma maior sensação de segurança” (Castro, 2014). No gráfico 6, estão os resultados completos.

Gráfico 6 – Soluções



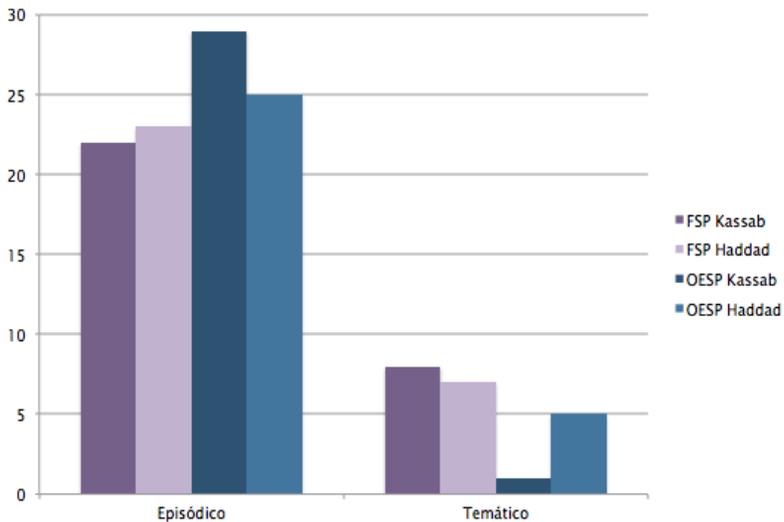
Fonte: os autores

Por fim, em relação às categorias propostas por Iyengar (1996, p. 62), observamos que mais da metade dos textos (82,5% do total), em ambos os períodos e jornais, podem ser classificados como episódicos, como mostra o gráfico 7. As matérias tratavam de casos específicos, como histórias de vida ou ações policiais pontuais, sem fazer um panorama da questão. As que foram classificadas como temáticas trouxeram mais elementos de contexto histórico ou trataram do tema de modo mais amplo, sem restringir a discussão a um fato específico. Em OESP, uma das cinco matérias classificadas assim traz para o debate os motivos que levam ao uso de drogas ainda na infância (Rodrigues, 2014). Já na

FSP uma das matérias consideradas temáticas apresenta soluções de longo prazo para a degradação urbana na região, apontando que “a imagem do morador de classe média na cracolândia tem dois conceitos-chave de Leira: necessidade de misturar classes sociais num mesmo espaço urbano e crença de que o carro destrói as cidades” (Carvalho, 2009).

A baixa ocorrência de matérias com enfoque temático contraria o esperado no caso. Como os textos foram retirados de um jornal impresso, submetido à intensa competição dos meios *online*, a tendência era de que o enquadramento temático aparecesse mais. Esse seria um dos diferenciais dos jornais impressos que, com mais tempo para produzir, poderiam trazer análises mais interessantes sobre os fatos, fugindo da superficialidade da cobertura em tempo real. Questões editoriais e do processo produtivo, alheias ao escopo desse artigo, podem justificar esse resultado.

Gráfico 7 – Classificação de Iyengar (1996)



Fonte: os autores

A seguir traremos os *frames* completos e a relação dos resultados com a hipótese apresentada no início deste artigo.

4.3 Frames completos

Para identificar, finalmente, quais foram os enquadramentos praticados pelos jornais sobre o uso de crack nas gestões Kassab e Haddad é preciso relacionar as categorias analisadas, cruzamento que trazemos nas tabelas 2 e 3.

Tabela 2 – Enquadramentos completos para a *Folha de S.Paulo*

	Atores	Subtópico	Causas	Julgamentos morais	Soluções	Classificação de Iyengar (1996)
Kassab	Campo político (50%)	Violência/Segurança pública; Saúde (40% cada)	Ineficiência do Estado (50%)	Ausente (53,3%); Culpa o Estado/a sociedade (43,3%)	Ausente (36,6%); Ação policial/internamento (33,3%)	Episódico (73,3%)
Haddad	Campo político (46,6%)	Saúde (33,3%); Economia/degradação urbana (30%)	Ineficiência do Estado (60%)	Ausente (66,6%)	Ausente (56,6%)	Episódico (76,6%)

Fonte: os autores

Tabela 3 – Enquadramentos completos para *O Estado de S.**Paulo*

	Atores	Subtópico	Causas	Julgamentos morais	Soluções	Classificação de Iyengar (1996)
Kassab	Campo político (46,6%)	Saúde (46,6%)	Ausente (80%)	Ausente (76,6%)	Ausente (63,3%)	Episódico (96,6%)
Haddad	Campo político (56,6%)	Violência/Segurança pública (46,6%); Saúde (36,6%)	Ineficiência do Estado (50%)	Ausente; Culpa o Estado (40% cada)	Ausente (50%)	Episódico (83,3%)

Fonte: os autores

O cruzamento foi feito com base nos subtópicos predominantes. A partir dele, verificamos quais eram os outros códigos que mais apareceram. Frisamos que, aqui, não se trata de mostrar as categorias que mais apareceram, como fizemos na seção anterior, e sim de demonstrar a relação entre elas. Essa interação é que forma os enquadramentos completos (Maia; Vimieiro, 2011). Como mostram os resultados, na FSP as matérias publicadas em ambas as gestões apresentam semelhanças em três variáveis: definição do problema – atores, causas e classificação de Iyengar (1996, p. 62). Contudo, cabe destaque em dois pontos importantes da nossa análise. A definição do problema apresentou o tema da saúde nos dois períodos, mas no primeiro houve ênfase também para a abordagem de violência/segurança pública. Nas soluções, da mesma forma, na gestão de Kassab houve destaque para a ação policial.

Já para OESP, o enquadramento mais recorrente era centralizado ao redor de questões da saúde dos usuários de crack durante o governo Kassab, sempre com predominância das fontes do campo político. Durante a gestão Haddad, permaneceu a predominância de personagens provenientes da esfera oficial, mas houve uma ênfase maior para a questão da violência/segurança pública, com textos apontando frequentemente que as causas para

o problema envolviam a ineficiência do Estado.

Como mostram os resultados, portanto, os dois jornais trataram o mesmo tema de forma distinta, o que nos leva à confirmação da hipótese inicial deste artigo.

5. Considerações finais

Os resultados obtidos neste trabalho mostram algumas realidades já conhecidas da cobertura midiática. O domínio de fontes oficiais, por exemplo, já é dado presente na literatura sobre o jornalismo (Tuchman, 1983; Lopes *et al.*, 2011) e foi mais uma vez reiterado por essa pesquisa, na qual era constante o destaque a secretários municipais e outros membros de burocracia estatal. Mesmo nesse caso específico, que envolvia o uso de substâncias entorpecentes cujos personagens são conhecidos da realidade cotidiana, os periódicos preferiram dar voz aos componentes da administração do que a fontes com conhecimento científico sobre o problema ou àqueles que vivenciam a situação retratada. Uma evidência de que o jornalismo prefere se restringir às fontes conhecidas do que oferecer espaço para outras vozes no mínimo tão relevantes quanto aquelas.

Os enquadramentos encontrados demonstraram ainda, para essa cobertura específica, como a ineficiência estatal foi recorrente entre as causas apontadas. Ao problema do uso abusivo da droga na cidade paulista, qualquer que tenha sido a abordagem temática utilizada pela notícia (como saúde, segurança pública ou economia), prevaleceu entre os jornais o apontamento de uma causa relacionada ao governo.

No que diz respeito aos julgamentos morais e às soluções das matérias, conforme a classificação adotada, a ausência predominante desses elementos já é, em si, um sinal de como se organizou o jornalismo praticado pelos veículos. Tendo como base um jornalismo mais focado em relatar do que interpretar, as matérias não apresentavam visões sobre o problema, no que parece ser um estilo recorrente do fazer jornalístico brasileiro.

A ausência de matérias mais explicativas que aprofundassem o tema em debate, o que era considerado enquadramento temático, pode ser um sinal revelador de que a cobertura impressa não tem cumprido o papel contextualizador que ela mesma se atribui. A

reiteração de textos de enquadramento episódico, que só noticiavam um fato sem relacioná-lo com as questões mais amplas do tema, dificulta uma compreensão do público sobre a matéria, ainda mais em um campo controvertido como esse, a atenção destinada aos usuários de crack.

Os resultados aqui expostos, a nosso ver, constituem contribuição significativa ao estudo da cobertura jornalística a respeito da questão do crack no Brasil. Isto porque foram analisados textos que dizem respeito ao tema na maior cidade do país, que sofre com o problema de forma cíclica: as diferentes gestões que passam pela prefeitura paulistana, mesmo com perspectivas distintas, não conseguem solucionar a questão de forma permanente. Além disso, o *corpus* analisado foi retirado de dois dos principais jornais do país. Outro ponto forte do estudo reside no fato, já apontado na seção teórica, de que poucos trabalhos abordam o tema de forma sistemática. Consideramos, assim, que este trabalho pode servir como modelo metodológico para que a questão possa ser estudada de forma mais aprofundada.

Ademais, em relação à nossa hipótese de pesquisa, é interessante notar como a mesma questão pode ser tratada de formas tão distintas por dois periódicos que, em tese, se utilizam dos mesmos procedimentos profissionais quando o assunto é a produção da notícia. *O Estado de S. Paulo* optou por um enquadramento de segurança pública durante a gestão Haddad que não foi o enquadramento mais utilizado pela *Folha de S. Paulo* ao longo do mesmo período de tempo, por exemplo.

As diferenças deixam evidente, portanto, que há fatores editoriais que influenciam a rotina de trabalho dos jornalistas e provocam distinções no produto final. Investigar como se dá essa interferência é tema interessante para pesquisas futuras, que podem envolver, por exemplo, entrevistas com os editores dos respectivos cadernos analisados de modo a apreender a rotina de produção nestes periódicos. O trabalho aqui realizado, entretanto, já é sinal de como a linha editorial dos veículos de fato transcende a parte de conteúdo opinativo. Salienta-se, assim, a importância da diversidade de vozes e abordagens ente os meios de comunicação jornalísticos, de modo que o debate público sobre temas de interesse social possa ser feito de maneira mais aprofundada.

Discussão tão interessante, além disso, acaba suscitando

novas inquietações que podem dar origem a outras pesquisas. Embora esses dois jornais sejam paradigmáticos por possuírem alcance nacional e serem consumidos por leitores de todas as regiões, por exemplo, seria interessante alargar o número de veículos utilizados, a fim de averiguar se tais linhas de enquadramento se repetem em outros periódicos do país, ainda mais ao considerar que outras grandes cidades brasileiras sofrem com problemas similares. Do ponto de vista metodológico, além disso, novos estudos podem aprimorar aspectos relativos à apresentação dos dados obtidos a partir da análise de enquadramento, de modo que os resultados possam ser confrontados com investigações futuras. Novas pesquisas, assim, podem trazer grandes contribuições para a área de conhecimento, ao consolidar ainda mais a investigação dos enquadramentos midiáticos predominantes no jornalismo nacional.

REFERÊNCIAS

_____. R\$ 1 milhão em drogas: da mansão à pitada de R\$ 0,60. (2014). *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, Cidades/Metrópole.

Adorno, R. C. F.; Raupp, L. (2010). Uso de crack na cidade de São Paulo/Brasil. *Revista Toxicodependências*. 16(2), 29-37.

Agostine, C. (2013). Gestão Haddad diverge de internação compulsória defendida por Alckmin. *Valor Econômico*, São Paulo. Recuperado de www.valor.com.br/politica/2966820/gestao-haddad-diverge-de-internacao-compulsoria-defendida-por-alckmin.

Bauer, M. W. (2002). Análise de conteúdo clássica: uma revisão. Em M. W. Bauer, e G. Gaskell (org.). *Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som: um manual prático*, pp.189-pp.217. Rio de Janeiro: Vozes.

Benites, A. (2012). Após 4 meses de ação policial, tráfico persiste na cracolândia. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, Cotidiano.

Bergamim JR., G. (2014). Haddad diz que faltam policiais na cracolândia; PM nega redução. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, Cotidiano.

Bruck, M. S. (2013). Crack na imprensa: imaginários e modos de

representação do jornalismo sobre o surgimento e a explosão da droga em Belo Horizonte (MG, Brasil). *Brazilian Journalism Research*, 9(1), 174-193.

Capitelli, M. (2010). Minhocão continua a ser opção aos viciados. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, Cidades.

Castro, L. M. (2014). Cracolândia terá área de lazer em base da PM. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, Cidades.

Carvalho, M. C. (2009). Cracolândia precisa de morador de classe média, diz arquiteto espanhol. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, Cotidiano.

Conselho de Medicina critica internação à força. (2011). *O Estado de São Paulo*, São Paulo, Cidades.

Donges, P. (2015). Media Democracy. Em Mazzoleni, G. *The International Encyclopedia of Political Communication*. West Sussex: John Wiley & Sons, Inc.

Eberwein, T.; Porlezza, C. Splendore, S. (2015). Media as political actors. Em Mazzoleni, G. *The International Encyclopedia of Political Communication*. West Sussex: John Wiley & Sons, Inc.

Entman, R. M. (1993). Framing: toward clarification of a fractured paradigm. *Journal of Communication*. 43(4), 51-58.

Golub, A.; Hartman, D. M. (1999). The social construction of the crack epidemic in the print media. *Journal of Psychoactive Drugs*, Londres. 31(4), 423-433.

Gagnani, J. (2016). Temerosos, dependentes escrevem cartas a Doria. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, Cotidiano.

Iyengar, S. (1996). Framing responsibility for political issues. *The Annals of the American Academy of Political and Social Sciences*. 546, 59-70.

Lopes, E. P. (2013). O tratamento ao usuário de crack nas páginas policiais dos jornais brasileiros. *Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde*, Rio de Janeiro, 7(3).

Lopes, F; Ruão, T; Marinho, S; Araújo, R. (2011). Jornalismo de saúde e fontes de informação, uma análise dos jornais portugueses entre 2008 e 2010. *Derecho a Comunicar*. 2, 100-120.

Macedo, L. (2012). Ação na cracolândia 'não é enxugar gelo', diz Kassab. *G1*, São Paulo. Recuperado de g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2012/01/acao-na-cracolandia-nao-e-enxugar-gelo-diz-kassab.html.

Machado, L. V.; Boarini, M. L. (2013). Políticas sobre drogas no Brasil: a estratégia de redução de danos. *Psicologia: Ciência e Profissão*. 33(3), 580-595.

Maia, R. C. M.; Vimieiro, A. C. (2011). Análise indireta de enquadramentos da mídia: uma alternativa metodológica para a identificação de *frames* culturais. *Revista Famecos*, Porto Alegre. 18(1), 235-252.

Mendonça, R. F.; Simões, P. G. (2012). Enquadramento – diferentes operações analíticas de um conceito. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. 27(79), 187-235.

Miguel, L. F. (2002). Os meios de comunicação e a prática política. *Lua Nova*. 55, 155–184.

Moreira, M. R.; Fernandes, F. M. B.; Ribeiro, J. M.; Neto, T. L. F. (2015). Uma revisão da produção científica brasileira sobre o crack – contribuições para a agenda política. *Ciência e Saúde Coletiva*. 20(4), 1047-1062.

Murauskas, L. C. (2009). “Espões” atuam na crackolândia há 4 meses. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, Cotidiano.

Pilagallo, O. (2012). *História da imprensa paulista: jornalismo e poder de D. Pedro I a Dilma*. São Paulo: Três estrelas.

Rodrigues, A. (2012). Viciada fica sem ajuda na crackolândia. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo. Cidades/Metrópole, C7.

Rodrigues, A. (2014). O desafio de tirar crianças e adolescentes do mundo do crack. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo. Cidades/Metrópole, C7.

Rolnik, R. (2012). Onde vai parar a política higienista de Kassab? *Brasil de Fato*. Recuperado de www.brasildefato.com.br/node/10069.

Sasaki, R. (2012). Ela tentou salvá-los da Crackolândia. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, Cotidiano.

Souza, C. (2006). Políticas públicas: uma revisão de literatura. *Sociologias*, Porto Alegre. 8(16), 20-45.

Traquina, N. (2005). *Teorias do Jornalismo: porque as notícias são como são*. Florianópolis: Editora Insular.

Tuchman, G. (1983). *La producción de la noticia: Estudio sobre la construcción de la realidad*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili.

De Vreese, C. H. *News framing: theory and typology*. *Information Design Journal*. 13 (1), 51-62

Wainer, J. (2014). Entre loiras e anjos. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, Cotidiano.

Giulia Sbaraini Fontes é mestranda em Ciência Política pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Graduada em jornalismo (2015). E-mail: giuliasfontes@gmail.com

Concepção do desenho da pesquisa, desenvolvimento teórico e interpretação dos resultados

Paulo Ferracioli é doutorando em Ciência Política pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Mestre em comunicação (2017), graduado em jornalismo (2013) e direito (2014). E-mail: ferracioli.paulo@gmail.com

Coleta do corpus, análise dos textos e escrita do artigo.

RECEBIDO EM: 30/04/2017 | ACEITO EM: 05/08/2017